

# RADAR FEMINISTA



DO CONGRESSO NACIONAL

14 a 18 de setembro de 2020

Continuam as pressões para que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, coloque em votação o PDL 381/2020 que susta a Portaria 2282/2020 sobre acesso ao aborto legal. Enquanto isso, o Executivo continua se movimentando. Foi publicado um decreto que altera a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Decreto nº 10.482/2020), instituída em 2007. As alterações foram a diminuição na quantidade de membros e as atribuições da Comissão, que funcionará como órgão de consulta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Engrossando o caldo contra a Portaria 2.282, a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto lançou no sábado, 12 de setembro, uma Nota Pública pela sua Revogação imediata. A Frente denuncia que a Portaria impõe mais dor e humilhação para meninas e mulheres vítimas de estupro; viola o código de ética sobre sigilo em saúde (Lei 10.778/2003) e condiciona o acesso ao aborto legal a notificação a autoridade policial.

A boa notícia é que a Corregedoria Nacional do Ministério Público arquivou o ridículo processo que acusava o promotor do Espírito Santo de coautoria de aborto. Na decisão, não foi identificada nenhuma infração ou crime, nem elementos que apontassem o descumprimento das suas funções como servidor. O pedido era de autoria de uma deputada e um deputado do PSL.

No Congresso, como era de se esperar, segue o debate em torno da medida provisória que amplia o pagamento do recurso emergencial até dezembro. Muitos parlamentares querem a manutenção dos 600 reais, e não só os 300 reais sugeridos pelo governo. A deputada Natália Bonavides (PT/RN), que integra a Frente Parlamentar Feminista Antirracista, tenta assegurar o recebimento do dobro do benefício também para as mulheres cujo marido ou companheiro esteja preso em regime fechado (Emenda 261/2020). O direito já está assegurado para provedoras de família monoparental na proposta inicial.

# RADAR FEMINISTA



DO CONGRESSO NACIONAL

14 a 18 de setembro de 2020

No Supremo Tribunal Federal a troca da presidência marcou a semana. Sai Dias Toffoli e entra Fux. Esperamos que o STF se coloque em defesa da laicidade do Estado. Os ataques a ela por parte desse governo são inúmeros. Bolsonaro já disse que quer indicar um ministro “terrivelmente evangélico” para o STF, mas agora foi a vez da Defensoria Pública da União. O presidente nomeou um evangélico da Igreja Presbiteriana para assumir a Chefia da DPU. O indicado estava em segundo lugar na lista tríplice escolhida por voto direto da categoria. Por falar nisso, o Congresso aprovou uma vergonhosa anistia de dívida tributárias de igrejas. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expressou posição contrária, recomendando veto ao perdão.

Em pronunciamento, em comemoração ao 7 de setembro, o presidente Bolsonaro foi incapaz de se solidarizar com as famílias dos mais de 130 mil brasileiros e brasileiras que morreram vítimas da covid-19. Nem uma vírgula sobre o assunto. Ao invés disso, falou mais uma vez do fantasma do comunismo. Enquanto fazia seu pronunciamento oficial ocorreram pannels em todo o país. Esperança!

A equipe econômica de Bolsonaro tentou a todo custo fazer mais congelamentos econômicos. As notícias falaram em congelamento por dois anos de aposentadorias e pensões para financiar o Renda Brasil, que iria substituir o Bolsa Família. No entanto, o próprio Presidente se pronunciou publicamente contra a ideia nas suas redes.

Enquanto o governo segue inerte à crise de saúde provocada pela covid-19, parece que após três meses como ministro interino, Eduardo Pazuello será nomeado como ministro da Saúde. Além da inércia na saúde, o governo Bolsonaro também segue inoperante no combate às queimadas que destroem os principais biomas do país e provocam além da crise ambiental, crises econômicas e sobretudo, sociais.

## PROPOSTAS APROVADAS



### Vai à sanção o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro

PL 5013/2019 (na origem, Projeto de Lei nº 5618/2016, de autoria do deputado Hildo Rocha - MDB/MA) vai à sanção presidencial. A proposta cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, com dados individualizados dos infratores, de forma a se ter um controle preventivo de novos crimes, e teve aprovado o parecer do relator, senador Eduardo Braga (MDB/AM), pela aprovação do projeto.

## EM PAUTA NA SEMANA

Desde o início da Pandemia, nem sempre a pauta do Congresso está disponível a tempo de incluirmos no Radar. Por isso, as informações disponibilizadas nesta edição se referem aos projetos apresentado e aprovados na última semana. Caso algum projeto de urgência do nosso interesse entre em pauta, informaremos por meio de um Alerta específico.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### Seguem as pressões para a revogação da Portaria do Ministério da Saúde que dificulta o acesso ao aborto legal

O PL 4543/2020, de autoria do deputado Carlos Veras (PT/PE), altera o ECA, para tornar crime a exposição ou divulgação não autorizada de nome, imagem, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.

E o requerimento 1154/2020, de autoria do deputado Mário Heringer (PDT/MG), solicita informações ao ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre a criação de banco nacional de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. O PDL 381/2020, que susta a portaria, não teve movimentação ainda.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## Mais uma proposta para derrubar a exigência de concordância do cônjuge para a esterilização voluntária

Trata-se de uma proposta que dá autonomia a cada pessoa para decidir sobre a esterilização. É o [PL 4515/2020](#), de autoria do deputado Denis Bezerra (PSB/CE), altera o artigo 10 da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. A justificativa da proposta destaca que “a autonomia de decidir sobre o corpo deve ser preservada a todo custo, sem interferências externas, seja do parceiro ou do Estado”.

Nesse mesmo tema, a deputada Rejane Dias (PT/PI) apresentou requerimento para apensar dois projetos ([PL 4021/2019](#) ao [PL 7364/2014](#)), por tratarem de temas idênticos. Ambos revogam o consentimento expresso do cônjuge para a esterilização voluntária da mulher. Com isso qualquer um dos cônjuges poderá dispor livremente do seu próprio corpo, desde que obedecido as demais regras dispostas na lei sobre planejamento familiar. O requerimento da deputada é o [REQ 2347/2020](#).

## Possibilidades de extensão do direito à amamentação

O [PL 4518/2020](#), de autoria do deputado Paulo Bengtson (PTB/PA), quer assegurar a extensão do direito à amamentação para além de 12 meses, quando a saúde da criança exigir e abre a possibilidade da empregada optar por trabalho remoto durante a amamentação. Uma alteração positiva na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

## O que o ministério da Cidadania tem feito para promover a igualdade étnico-racial?

[RIC 1173/2020](#), de autoria do deputado Helder Salomão (PT/ES), solicita informações ao Ministro da Cidadania acerca das atividades desenvolvidas sob a alçada do Ministério relacionadas à promoção da igualdade étnico-racial.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## E os dados da Central de Atendimento à Mulher, onde estão?

A deputada Natália Bonavides (PT/RN) apresentou dois requerimentos de informações à ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Um sobre a divulgação do relatório de balanço anual da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (RIC 1146/2020), questionando os dados divulgados, em especial a informação de que 45% dos atendimentos foram manifestações de elogios, reclamações e sugestões, sem detalhar a informação.

Outro, apresentado com mais três deputadas do PT, questiona a falta de transparência dos dados divulgados no Portal da Ouvidoria criado para acompanhar o número de denúncias recebidas pelos canais sob a gestão do Ministério durante o período da Pandemia da COVID-19 (RIC 1147/2020).

## Segue a pressão para a manutenção da Covid-19 na lista de doenças relacionadas ao trabalho

PDL 396/2020, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE) e mais cinco, é mais uma proposta que susta a Portaria do Ministério da Saúde que retira a Covid-19 da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). Com essa retirada, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde, para citar apenas um exemplo, ficariam desassistidos da proteção legal das doenças ocupacionais, inviabilizando que usufruam da tutela da proteção ao trabalho e emprego e ao amparo previdenciário.

## Tornar visível os invisíveis, incluir população em situação de rua no censo demográfico

PL 4498/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), determina a inclusão da população em situação de rua no censo demográfico realizado, periodicamente, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

E segue a denominação de espaços da Câmara com nomes de mulher

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) apresentou mais um Projeto de Resolução (PRC 59/2020), agora denominando ao Plenário 13 do Anexo II da Câmara de Marília Chaves Peixoto. Matemática, primeira brasileira eleita para a Academia Brasileira de Ciências. Nascida em 24 de fevereiro de 1921, em Santana do Livramento (RS).

Semana passada ela apresentou outros dois Projetos de Resolução, batizando o Plenário II de Anésia Pinheiro Machado, segunda mulher aviadora do Brasil e a primeira a ter feito um voo solo (PRC 55/2020) e o corredor de acesso ao Plenário de Tereza de Benguela, líder quilombola, viveu no século XVIII, no Vale do Guaporé, no Mato Grosso, onde liderou o Quilombo de Quariterê (PRC 54/2020).

## Mais uma tentativa de apoiar quem trabalha no campo

PL 4496/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES) acrescenta, no rol de beneficiários do auxílio emergencial, os agricultores familiares e as famílias acampadas, agregadas, beneficiárias ou assentadas por programas de reforma agrária.

# VALE A PENA CONFERIR!

## > Gênero e Educação

Artigo Entenda como a Lei Maria da Penha assegura a abordagem de gênero nas escolas, publicado no site Gênero e Educação

## > Nota CNE

Nota da Comissão Nacional Especializada (CNE) de Violência Sexual e Interrupção Gestacional Prevista em Lei da FEBRASGO (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia) sobre a Portaria 2.282/2020, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez no âmbito do SUS.

## > Nota Legislativa do DIAP

Nota Legislativa publicada pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) **Reforma Administrativa para estatais e seus empregados**, com as principais mudanças que constam na reforma administrativa que afetam os atuais e novos empregados públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias.

## > Agenda Marielle Franco

O Instituto Marielle Franco lançou a Agenda Marielle Franco, uma plataforma de propostas e práticas feministas antirracistas e populares para candidaturas do pleito desse ano. A adesão das candidaturas à Agenda reforça o compromisso com ações e atuação pró direitos humanos e cria possibilidade de monitoramento dessa pauta.



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.